

# Um candidato assumido que não canta vitória

ILARA VIOTTI  
Da Editoria de Política

No dia 15 de janeiro de 1985, Roberto Pompeu de Souza Brasil estava, junto com centenas de convidados, no salão anexo ao auditório Petrônio Portella do Senado, à espera do resultado da votação do colégio eleitoral que indicou Tancredo Neves Presidente da República. Entre cores e bebes servidos na improvisada sala vip em que as famílias Neves e Sarney recebiam políticos e intelectuais, Pompeu de Souza era abordado a cada minuto, cotado que estava para ser o futuro governador do DF, como "meu caro governador Pompeu". Sorridente, ele desconvivia, para abrir o jogo em seguida: "Eu quero mesmo é ser senador".

Ter uma cadeira no Senado da República e repre-

rir a trajetória do bisavô, que foi senador do Império, é um sonho antigo e assumido deste cearense de 70 anos, advogado, jornalista e professor. Colocado em segundo lugar nas pesquisas eleitorais elaboradas pelo Ibope e pela LPM-Multi, Pompeu de Souza não quer cantar vitória antes do tempo, mas admite que está trabalhando para ser o senador mais votado daqui a dezenove dias. Não tem ideia de onde será mais votado, "não tenho curras eleitorais", mas acredita que seus eleitores estão muito bem distribuídos em todas as camadas sócio-econômicas de Brasília.

Defensor de uma estabilidade institucional para o País, ele costuma dizer que a democracia brasileira não vinga porque é sempre abortada: "Fazem com ela o que se fazia na minha remota juventude para evitar filhos, se seja, pratica-se o coitus interruptus, que leva a um orgasmo infecundo. do qual não germina nada". Acredita que esta nova Constituição será diferente, mas avisa: "O povo não pode deixar de cobrar seus direitos e sua cidadania dos parlamentares", sob o risco de acontecer tudo de novo, ou seja, da exceção tornar-se regra e o brasileiro continuar sem democracia.

A se confirmarem as previsões contidas nas pesquisas eleitorais, você será o segundo candidato mais votado em 15 de novembro. Como sente isso?

Ola, eu costumo dizer que esta expectativa do "já ganhou" é o caminho mais curto para a derrota.

Há que trabalhar até o encerramento da apuração da última urna. Na verdade, eu sinto que, ao contrário dos candidatos que têm curras eleitorais — setores da cidade de onde terão mais votos —, eu sarei votado em todo o DF. O meu eleitorado é do tipo universal. Onde quer que eu passe sou saudado. Nas satélites, nos recantos mais carentes da cidade, eu sou reconhecido. Diante da demonstração de apoio espontâneo que tenho sentido em toda Brasília, eu posso dizer que seréi muito bem votado.

Em contrapartida, tenho um grande sentimento de responsabilidade diante desse apoio.

Como nasceu a candidatura Pompeu de Souza?

Minha candidatura nasceu por geração espontânea. Alguns amigos me diziam: "Quando houver eleições em Brasília, você vai se candidatar, você é candidato nato ao Senado". Tudo ocorreu muito naturalmente. Eu sequer tenho um staff, como muitos candidatos têm. Enquanto muitos mantêm uma verdadeira empresa eleitoral, eu conto apenas com minha mulher, meus dois filhos, minha filha, que desenha, meu genro e um rapaz, o Fernando Jorge Pereira, que eu conheci quando era secretário de Educação, e gostei dele.

Agora, o que fez a minha candidatura crescer foi a ressonância que ela encontrou na sociedade. Começou a ganhar força nos comitês residenciais, estes que eu chamo de comitês residenciais e luta, numa alusão ao meu slogan: "A luta não vai parar". Tenho

hoje mais de 200 comitês na cidade, em casas de pessoas que não me cobram nada. Isso não tem preço, isso ninguém paga.

— A que você atribui es-

ta ressonância, esta simpatia que sua candidatura tem despertado?

— E que eu já vivi muito,

minha filha, tenho setenta anos...

— Mas viver muito não quer dizer nada em termos de eleições...

— Eu vivi muito em ex-

tensão e intensidade. Des-

de cedo assumi posições de

responsabilidade. Com 18

anos eu era professor de

Língua Portuguesa no Co-

égio Pedro II do Rio de Ja-

neiro, o colégio-padrão no

Brasil aquela época. Pen-

sando, bem, acho até que

foi uma levianidade terem

me nomeado professor-

adjunto com essa idade (ris-

os). Mas eu tinha como

companheiros os mais im-

portantes filólogos da época.

Depois eu me tornei pro-

fessor universitário, na an-

tiáca Universidade do Bra-

sil. Mas foi sobretudo na re-

dação do Diário Carioca

que eu me tornei o que sou

hoje. Eu tinha função de

chefia, e pude então promov-

er uma completa reforma

na maneira de se escrever

uma notícia. Introduzi a figura

do copydesk no jornal (reda-

tor que faz as correções e

o texto final de uma ma-

téria jornalística) e revolu-

cionei o modo de se escre-

ver uma matéria. Fiz isso

no carnaval de 1950, apro-

veitando o silêncio da reda-

cção. Elaborei o projeto e

coloquei em prática.

E foi nesta época que

você começou a fazer

política?

— Eu tinha um relacio-

namento muito intenso nas

áreas intelectuais, afins e

correlatas à minha ativida-

de como jornalista. Fazia

críticas teatrais. Eu escrevi

as críticas aos primeiros

trabalhos de Nelson Rodrigues,

considerado na déca-

da de 40 como um autor

pornográfico. Esta foi a mi-

nya primeira grande briga

com a polícia, em defesa

dos textos maravilhosos de

Nelson Rodrigues. Criei en-

tão um grande círculo de amizades. E sempre tive

deles o apoio para minha

atividade.

— De que forma você

atuava na resistência de-

mocrática, principalmente

depois de 1964?

— Bem, na verdade, mi-

nya resistência ao autorita-

rismo vem desde os 14

anos. Com esta idade, 14

anos, eu, oriundo de uma

família oligárquica, me in-

surgi, com apoio de meu

pai, aliás, contra as oligar-

quias, participando dos

comícios na Revolução de

1930. Não estava de arma

na mão, mas estava lá nos

comícios. Eu passei então a

encarnar determinados

princípios, determinadas

aspirações reformistas,

que passaram a fazer parte

da minha vida.

Com 15 anos eu fui para o

Rio de Janeiro, onde fiquei

até 1961. E no começo dos

anos 30, no Rio de Janeiro,

comecei a haver um movi-

mento reformista, no qual

eu me envolvi. Isto tudo

foi esmagado pelo Estado

Novo, em 1937. No inicio

dos anos 40, 1941/1942 quan-

do o Estado Novo hamora-

do eixo Roma-Berlim, e,

praticava o fascismo tupi-

níquim, eu comecei a es-

crever uma coluna no

Diário Carioca, que se cha-

mava "A Guerra dia-a-dia". Através desta coluna, a pretexto de comentar os acontecimentos da guerra, eu la dendo meu recado, criticando o fascismo à moda da casa. Foi ai que o DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda, depois de suspender a coluna por alguns dias, deu o ultimatum: ou a coluna acaba ou o jornal fecha.

A coluna acabou e eu fui para os Estados Unidos, trabalhei durante dois anos, 1942 e 1943 na Columbia Broadcasting System, de onde eu falava para o Brasil, em ondas curtas.

— Houve alguma press-

são para que você deixasse o País?

— Pressão propriamente, não. Mas coincidiram o fim da minha coluna e o convite para ir para os Estados Unidos. Felizmente, o namoro brasileiro com o eixo terminou em casamento com as forças democráticas mundiais e eu voltei ao País.

— Como foi depois de 1964?

— Eu vim para Brasília em 1961. Depois de 1964 as coisas ficaram muito difíceis e a gente resistiu como podia. A gente burlava os mecanismos da cen-

tência. A ABI (Associação Brasileira de Imprensa), o Cebrade (Centro Brasil Democrático), o Sindicato dos Escritores, o Comitê de Anistia, o Comitê de Defesa da Paz... Cheguei a assumir a presidência de seis organismos simultaneamente.

Entregava muitos protestos, por escrito, nos Ministérios da Justiça, no Palácio da Alvorada. Minha filha, nesta época, dizia assim para mim: "Pai, quando você fazer uma ficha, põe assim: Roberto Pompeu de Souza Brasil, brasileiro, casado, protestante".

— Você já era filiado ao MDB?

— Não, a filiação ao PMDB só se deu recentemente. Eu não era filiado ao partido por uma questão de tática, combinada inclusive com meu bom amigo Ulysses Guimarães. Eu falava através das entidades

que presidia, em nome da sociedade civil, sem elá de partidarismo. Mas as posições eram tão coincidentes que muitos emedebistas achavam que eu era do partido. Tanto que quando o MDB se transformou no PMDB, o Franco Montoro e o Paulo Brossard me convidaram para fazer parte da executiva. Eles não sabiam que eu não era filiado.

Só vim a me filiar recentemente, quando fui procurado aqui em Brasília pelo Maerle Ferreira Lima, para ajudar na pacificação interna do PMDB brasileiro, que nem era legal ainda, apesar de constituir dentro das regras jurídicas. O PMDB brasileiro tinha mais alas que escola de samba, e eu entrei para presidi-lo como uma maneira de compor todas as correntes.

— E a Constituinte? Você também acha que ela devia ser congressual?

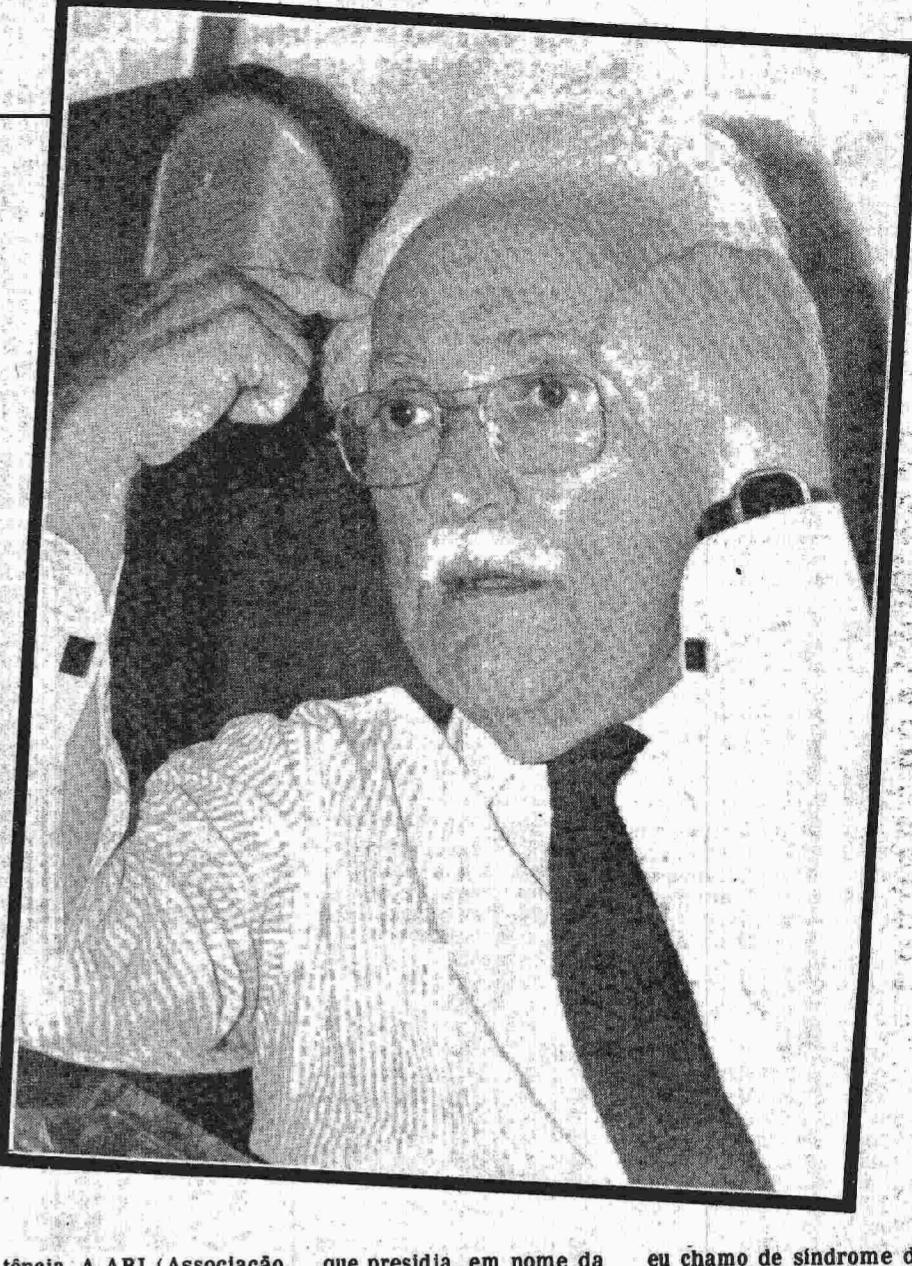
— Acho que esta questão é de puro tecnicismo. Na verdade, se houvesse Constituinte exclusiva, convocada só para este fim, não acredito que os eleitos fossem outros que não esses que serão eleitos agora. Certamente não seriam eleitos anjos caídos do céu, e sim homens que representariam o mesmo modo de realidade brasileira, que é a mesma, seja no Congresso normal, seja no Congresso constituinte.

Agora, sem dúvida, se criaria uma situação anômala se se elegesse uma Constituinte sem que ela tivesse função de Congresso ordinário. Haveria uma interrupção no processo institucional do País, que teria que ser governado por decretos-lei. O Congresso eleito no Governo Dutra foi somente constituinte, e o País continuou sendo regido pela legislação de exceção do Estado Novo.

— E o que você acha da proposta de uma Comissão Representativa para exercer as funções de congresso ordinário, feita pelo Dr. Ulysses?

— Eu tenho pelo Dr. Ulysses, meu amigo, o maior apreço e admiração. Mas neste aspecto não concordo muito com ele. O Congresso pode funcionar simultaneamente como Congresso ordinário e constituinte. Se ele se aplicar profundamente nisso, não haverá problema. Poderá haver sessões constituintes pela manhã, sessões ordinárias à noite. Diabo, ninguém vai morrer de trabalhar por causa disso. O País está sendo reconstruído, é preciso trabalhar muito para isso.

O mal deste País é que ele não tem instituições. Não falo de instituições democráticas, falo de instituições mesmo, com o caráter de permanência que elas devem ter. Elas não duram uma geração, e passam a ser apenas moda. Por isso o povo brasileiro é despreparado para o exercício da cidadania. Cada vez que se cria uma instituição, a cidadania, o povo se prepara para uma nova fase. Não se chega a eleger três vezes consecutivas um Congresso. Logo vem um golpe e vai tudo pelo chão. A ruptura que isso provoca é algo muito sério. E o que



## Toda dedicação para campanha

O dia começa cedo pa-

ra Pompeu de Souza, can-